

CHARLES R. BOXER

O império marítimo
português

1415-1825

Tradução

Anna Olga de Barros Barreto

1ª reimpressão



COMPANHIA DAS LETRAS

Copyright © 1969 by Charles Ralph Boxer
Este livro foi originalmente publicado em 1969, na Inglaterra.

Título original

The Portuguese seaborne empire 1415-1825

Capa

Ettore Bottini

Foto da capa

Astrolábio português, 1555 (Museus e Galerias de Arte Dundee, Escócia)

Pesquisa iconográfica

Wladimir Araújo

Índice remissivo

Daniel A. de André

Preparação

Wladimir Araújo e Cláudia Cantarin

Revisão

Carmen S. da Costa

Ana Maria Barbosa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, sp, Brasil)

Boxer, Charles

O império marítimo português 1415-1825 / Charles Boxer ;
tradução Anna Olga de Barros Barreto. — São Paulo :
Companhia das Letras, 2002.

Título original: The Portuguese seaborne empire 1415-
1825.

Bibliografia.

ISBN 85-359-0992-9

1. Portugal — Colônias — História 2. Portugal —
Comércio exterior — História 3. Portugal — História 4.
Séculos 15-19 I. Título.

02-5312

CDB-9469

Índice para catálogo sistemático:

1. Império marítimo : Portugal : História 946.9

[2002]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ LTDA.

Rua Bandeira Paulista 702 cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Tel.: (11) 3167-0801

Fax: (11) 3167-0814

www.companhiadasletras.com.br

Agradecimentos*

Agradeço penhoradamente ao sr. Fred Hull e aos diretores da Biblioteca Newberry, de Chicago, por terem me autorizado a reproduzir a *Náo* (ou “grande navio”) portuguesa do atlas atribuído a Sebastião Lopes (c. 1565) que faz parte da coleção Ayer, encontrada nessa biblioteca. Os secretários da Sociedade Hakluyt gentilmente me deram permissão para reproduzir o mapa, em esboço, da *Carreira da Índia* e para fazer citações de textos de *The travels of Peter Mundy, The tragic history of the sea, The travels and controversies of friar Domingo Navarrete, O.P.*, e de outras obras publicadas por essa editora. Da mesma forma, a Witwatersrand University Press também me permitiu incluir neste livro algumas passagens do meu *Four centuries of Portuguese expansion, 1415-1825: a succinct survey*, publicado pela primeira vez em Johannesburgo, em 1961, e reeditado em 1963, 1965 e 1968.

O bibliotecário e a equipe da Biblioteca Lilly, da Universidade de Indiana, generosamente me facilitaram um acesso sem restrições aos tesouros ali encontrados e me autorizaram a incluir neste livro citações da correspondência inéscita dos missionários agostinianos espanhóis que estiveram no sul da

* Alguns destes agradecimentos referem-se a imagens presentes apenas na edição inglesa do livro. O caderno de ilustrações desta edição foi revisto e ampliado. (N. E.)

5. A luta global com os holandeses (1600-63)

a prata do México, Peru e Japão, o ouro da Guiné e de Monomotapa, o açúcar do Brasil e escravos negros da África Ocidental. Quando nos lembramos de que as populações respectivas dos dois pequenos países de que estamos tratando de modo especial, o reino de Portugal e a República Holandesa Unida, provavelmente não excediam mais do que 1,5 milhão, e de que ambos estavam profundamente enredados na Europa, a magnitude e a extensão dos esforços que fizeram não podem deixar de provocar nossa admiração. Além disso, essa luta global muitas vezes envolveu outras partes, como ingleses, dinamarqueses, congoleses, persas, indonésios, cambojanos e japoneses, em diferentes locais e datas. Finalmente, havia um forte elemento religioso na questão, tendo em vista que portugueses católicos romanos e holandeses calvinistas consideravam-se paladinos de suas religiões, e, em decorrência, acreditavam estar travando a batalha de Deus contra seus inimigos. Para os adeptos da "verdadeira religião reformada", como foi definida no Sinodo de Dort, em 1618-9, a Igreja de Roma era "a grande prostituta da Babilônia", e o papa, o verdadeiro anticristo. Os portugueses, por seu lado, estavam amplamente convencidos de que a salvação só podia ser obtida mediante a crença nas doutrinas da Igreja católica romana, como tinham sido definidas no Concílio de Trento, que ocorrera no século xvi. "Os holandeses são apenas bons artilheiros e, além disso, servem somente para ser queimados como hereges desesperados", escreveu um cronista português que expressava as convicções de muitos de seus compatriotas em 1624.

O ataque maciço dos holandeses ao império colonial português foi ostensivamente motivado pela união das coroas espanhola e portuguesa na pessoa de Filipe II de Espanha, contra cujo governo, nos Países Baixos, os holandeses haviam se revoltado em 1568. Dez anos mais tarde, com a derrota e a morte do rei dom Sebastião, que não deixou descendência, no campo de Alcácer Quibir, no Marrocos (em 4 de agosto de 1578), a Coroa portuguesa foi transferida para o último monarca da Casa de Avis, o idoso e doente cardeal dom Henrique. Este morreu em janeiro de 1580, e, alguns meses depois, Filipe, cuja mãe era uma princesa portuguesa, fez valer suas pretensões ao trono vago com a ajuda dos veteranos do duque de Alba e das "balas de prata" mexicanas, numa combinação judiciosa que permitiu que se vangloriasse de seu novo domínio: "Herdei-o, comprei-o, conquistei-o" ("Yo lo heredé, yo lo compré, yo lo conquisté"). As coroas de Espanha e Portugal continuaram unidas

Willem Bosman, autor de uma descrição clássica da Guiné no fim do século xvii, observou que o papel dos descobridores e conquistadores portugueses foi o de "lançarem os cães para espantar a caça, que, depois, foi apalhada por outros", tendo sido os holandeses os principais beneficiados. Essa observação irônica contém grande dose de verdade, pois quando os holandeses passaram à ofensiva em sua Guerra dos Oitenta Anos pela independência contra a Espanha, no final do século xvi, foi nas possessões portuguesas mais do que nas espanholas que se concentraram seus ataques mais pesados e persistentes. Uma vez que as colônias espanholas estavam espalhadas pelo mundo todo, a luta subsequente foi travada em quatro continentes e nos sete mares; e essa conflagração seiscentista merece muito mais ser chamada de Primeira Guerra Mundial do que a carnificina de 1914-8, a que geralmente se atribui essa honra duvidosa. É evidente que a proporção das baixas sofridas no conflito ibero-holandês foi muito menor, mas a população mundial era igualmente muito menor naquele período, e a luta sem dúvida foi mundial. A guerra foi travada não só nos campos de Flandres e no mar do Norte, como também em regiões tão remotas como o estuário do Amazonas, o interior de Angola, a ilha de Timor e a costa do Chile. As presas incluíam o cravo-da-índia e a noz-moscada das Molucas, a canela do Ceilão, a pimenta de Malabar,

nos sessenta anos seguintes, um período que os portugueses patriotas mais tarde compararam com o cativeiro dos judeus na Babilônia. O império colonial ibérico, que durou de 1580 a 1640, e que se estendia de Macau, na China, a Potosí, no Peru, foi o primeiro império mundial onde o sol nunca se punha.

Ao assumir a Coroa portuguesa em 1580, Filipe II não encontrou mais do que uma resistência simbólica, a não ser na ilha Terceira (nos Açores), onde os espanhóis tiveram que organizar uma grande invasão. A maioria da nobreza portuguesa e do alto clero era a favor da união. O povo e muitos dos membros do baixo clero opunham-se tacitamente a ela, mas estavam desorganizados, desanimados e sem líder depois do desastre de Alcácer Quibir, que mais tarde desorganizou a economia do país devido à necessidade de pagar os resgates de milhares de cativos capturados pelos mouros. No entanto, o sentimento nacionalista português era muito forte, e o próprio Filipe foi prudente ao garantir, em 1581, durante a reunião das Cortes que sancionou legalmente sua tomada da Coroa, que os dois impérios coloniais deviam permanecer entidades separadamente administradas. A união das coroas ibéricas era pessoal, como a do Reino Unido da Escócia e da Inglaterra nas pessoas dos monarcas Stuart desde a ascensão de James VI (e I) até a Lei da União no reinado da rainha Ana. O rei Filipe II de Espanha e I de Portugal jurou preservar as leis e a língua portuguesas; a consultar conselheiros portugueses em todos os assuntos concernentes a Portugal e suas possessões ultramarinas, e a nomear apenas funcionários portugueses para elas. Os espanhóis estavam expressamente proibidos de comerciar ou de se fixar no império português, e os portugueses, no espanhol.

Os portugueses queixaram-se, posteriormente, de que a união de sua Coroa com a de Castela era a única razão pela qual seus domínios ultramarinos foram atacados pelos holandeses e, em menor escala, pelos ingleses, no século XVI. Essas reclamações, embora bastante naturais, não eram exatamente justas. Já em meados do século XVI, os ingleses contestaram a pretensão portuguesa ao monopólio do comércio da Guiné, e não há dúvida de que as duas nações marítimas protestantes teriam, de qualquer maneira, entrado em conflito com Portugal por causa da ambição deste de ser o único senhor dos mares a leste do cabo da Boa Esperança. Entretanto os esforços empreendidos por Filipe II para sufocar a revolta dos Países Baixos e os embargos esporádicos ao comércio holandês com a península e o império ibérico é que contri-

buíram para envolver os portugueses em hostilidades com as potências marítimas do Norte mais cedo do que, em outras circunstâncias, poderia ter acontecido. Além disso, uma vez que os holandeses decidiram entrar em guerra no ultramar e atacar os inimigos ibéricos nas possessões coloniais que lhes forneciam os recursos econômicos, em vez de combater em Flandres e na Itália, Portugal, como o membro mais fraco das duas coroas, inevitavelmente sofreu mais do que Castela os golpes deflagrados pela potência marítima que lhe era superior. A guerra colonial teve início com ataques de barcos de guerra holandeses às ilhas de São Tomé e Príncipe, em 1598-9. À medida que a luta se estendia no espaço e no tempo, os holandeses tendiam a dirigir suas investidas contra as colônias portuguesas na Ásia, na África e no Brasil. Quase todas situavam-se em costas marítimas expostas, e, portanto, eram muito mais vulneráveis do que o México e o Peru, os vice-reinos espanhóis voltados para o interior, que não podiam ser dominados — nem mesmo seriamente ameaçados — tão-somente por mar.

A expansão holandesa pelos sete mares durante a primeira metade do século XVII foi, à sua maneira, tão notável como a expansão marítima portuguesa e espanhola ocorrida cem anos antes, mas estamos aqui principalmente interessados no efeito devastador que ela teve sobre o império português. Entretanto, embora concentrando nossa atenção nesse aspecto da história, não podemos esquecer que os holandeses também realizavam, muitas vezes, ataques vigorosos ao mundo colonial espanhol. Simultaneamente ao primeiro que a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais fez ao Brasil, em 1624-5, outra frota de onze navios e 1650 homens, equipada pelos Estados Gerais e pela Companhia Holandesa da Índias Orientais, navegou para o Pacífico através do estreito de Magalhães, atacou as costas do Peru e do México, e atravessou o oceano em direção às Molucas e à Batávia — feito notável quanto à capacidade empreendedora e à organização. Além disso, os holandeses, enquanto atacavam os portugueses em suas possessões asiáticas, lançavam ataques frequentes — se bem que não com tanto êxito — contra as Filipinas, até o tratado de Munster, assinado em 1648, pôr fim à Guerra dos Oitenta Anos entre os Países Baixos e a Espanha.

A luta luso-holandesa, que começou com as investidas contra São Tomé e Príncipe, em 1598-9, terminou com a captura das colônias portuguesas na costa de Malabar, em 1663, apesar de os termos da paz terem sido estabeleci-

dos somente seis anos mais tarde em Lisboa e em Haia. Até a restauração da independência portuguesa com a proclamação do duque de Bragança como rei dom João IV, em 1º de dezembro de 1640, portugueses e espanhóis eram aliados contra os holandeses, mas nos 23 anos seguintes os portugueses tiveram que lutar contra os espanhóis em território ibérico e contra os holandeses no ultramar. Arriscando-nos a uma simplificação excessiva, podemos dizer que essa longa guerra colonial tomou a forma de uma luta pela comercialização das especiarias asiáticas, pelo tráfico de escravos da África Ocidental e pela importação e revenda do açúcar brasileiro. Também podemos dizer que o resultado final foi equilibrado: uma vitória para os holandeses na Ásia, um empate na África Ocidental e uma vitória para os portugueses no Brasil. A seguir, resumimos brevemente os acontecimentos decisivos dessa guerra.

Os holandeses logo conseguiram ser bem-sucedidos nas Índias Orientais com a conquista das principais ilhas das Especiarias, em 1605, tendo encontrado forte resistência dos portugueses em Tidore e nenhuma em Amboino. No ano seguinte, os espanhóis das Filipinas organizaram uma contra-ofensiva inesperada, que lhes permitiu tomar e conservar Tidore e parte de Ternate, até que a ameaça de um ataque chinês a Manila os obrigasse, em 1662, a mandar regressar as guarnições que se encontravam nas Molucas e ceder o monopólio do cravo-da-índia aos holandeses. Depois da expulsão dos espanhóis das Molucas, os portugueses estabeleceram-se em Macassar (nas Celebes do Sul), utilizada como base para o comércio do cravo, do sândalo e de outros produtos indonésios, sob a proteção dos tolerantes governadores muçulmanos de Gowa e Tallo e desafiando as pretensões monopolistas da Companhia Holandesa das Índias Orientais, cujo quartel-general estava instalado na Batávia (Jacarta) desde 1619. Os holandeses foram forçados a armar duas importantes expedições contra Macassar, em 1660 e 1667, antes de afinal expulsar os portugueses e os representantes das Companhias das Índias Orientais da Inglaterra e da Dinamarca. Enquanto isso, devastavam sistematicamente o comércio marítimo português da Ásia desde o golfo Pérsico até o Japão e destruíam grande parte da longa cadeia de colônias costeiras portuguesas, capturando-as uma a uma. O bloqueio que fizeram ao estreito de Malaca, entre 1634 e 1640, foi particularmente eficaz, e essa fortaleza — a Cingapura dos séculos XVI e XVII — caiu por fim em janeiro de 1641. Entre 1638 e 1658, conquistaram os estabelecimentos portugueses na costa do Ceilão e completaram

suas aquisições na Ásia com a tomada de Cochim e de outras fortalezas portuguesas na costa de Malabar, em 1663.

Desse modo, a Companhia Holandesa das Índias Orientais, fundada em 1602, conseguiu com êxito o controle do comércio do cravo, do macis e da noz-moscada das Molucas, da canela da costa do Ceilão e da pimenta de Malabar. Por volta de 1663, os holandeses granjearam dos portugueses a posição de proprietários da parte do leão no negócio de transportes em águas asiáticas, entre o Japão e a Arábia. Haviam obtido o monopólio do comércio europeu com o Japão depois da expulsão dos portugueses da ilha-império pelo ditador militar da família Tokugawa, por motivos políticos e religiosos, em 1639. Os únicos lugares de onde não conseguiram expulsar os portugueses foram Macau, na costa do sul da China, e as ilhas mais afastadas do arquipélago das Sunda Menores (Timor, Solor, Flores), na Indonésia. Desferiram poderoso ataque contra Macau, em junho de 1622, que, no entanto, foi repellido pelos defensores à custa de inúmeras baixas, e outra expedição, armada em 1660, foi desviada para Formosa. Os esforços holandeses para privar os portugueses do comércio do sândalo nas ilhas Sunda Menores fracassaram no decorrer do tempo, sobretudo porque os habitantes eram animados, liderados e organizados para se opor aos holandeses pelos missionários dominicanos que lá residiam. Ao contrário dos holandeses, os ingleses contentaram-se quase sempre, no Oriente, em adotar uma atitude defensiva diante dos portugueses, mas os persas não teriam tomado Ormuz, em 1622, não fossem os seis poderosos navios e os hábeis artilheiros fornecidos pelos ingleses. O rápido progresso dos holandeses no Oriente alarmou quase tanto os ingleses como os portugueses, levando a um *reversement des alliances* e à trégua anglo-portuguesa em Goa, em 1633. A inveja dos holandeses também acarretou um acórdão entre dinamarqueses e portugueses nas Índias Orientais, após algumas hostilidades esporádicas e menores entre ambos de 1619 a 1631.

Na África Oriental, os holandeses falharam duas vezes na tentativa de tomar dos portugueses o posto intermediário da ilha de Moçambique (em 1607 e 1608), e esse fracasso foi uma das razões que os levaram a fundar uma colônia holandesa no cabo da Boa Esperança, em 1652. Muito tempo se passou, porém, antes de conseguirem penetrar de fato no interior, ao passo que os portugueses, nesse período, estavam estendendo seu domínio, por meio de ataques e do comércio, do vale do rio Zambeze até o território atual do Zim-

bábue [ex-Rodésia]. Na África Ocidental, já em 1612, os holandeses fixaram-se na Costa do Ouro, em Mouri (Forte Nassau), e não demoraram a tirar dos portugueses a maior parte do comércio do ouro. Fracassaram desastrosamente na primeira tentativa de tomar São Jorge da Mina em 1625, mas foram bem-sucedidos treze anos depois, numa expedição mais bem organizada. Ocuparam pela força a costa de Angola e de Benguela em agosto de 1641, embora tivessem conhecimento de que Portugal se revoltara contra a união com a Espanha em dezembro do ano anterior, e que as conquistas ultramarinas muito provavelmente seguiriam o exemplo do país-mãe — como todas fizeram em 1645, com exceção de Ceuta. Os invasores calvinistas de Angola estabeleceram relações surpreendentemente cordiais com Garcia II, rei católico romano do Congo, e com a rainha canibal Nzinga, dos jagas. Em agosto de 1648, esses estranhos aliados estavam prestes a aniquilar os portugueses, defensores sobreviventes de Angola, nas três posições que lhes restavam no vale do Quanza (Muxima, Massangano e Cambambe), quando uma expedição luso-brasileira proveniente do Rio de Janeiro reconquistou Luanda e modificou totalmente a situação no último momento. Quando a paz foi assinada em 1663, os holandeses passaram a dominar as primeiras posições portuguesas na Costa do Ouro, mas os portugueses permaneceram com o controle sobre Angola, Benguela, São Tomé e Príncipe, por eles reconquistadas em 1648-9.

No Brasil, depois da ocupação efêmera da Bahia, em 1624-5, os holandeses invadiram Pernambuco em 1630 e, quinze anos mais tarde, controlavam a parte maior e mais rica dos distritos costeiros nordestinos produtores de açúcar. Os habitantes dessa região revoltaram-se contra seus senhores heréticos em junho de 1645, e, após alguma hesitação inicial da parte de dom João IV, receberam de Portugal ajuda significativa, ainda que não oficial, de homens e navios. Depois de quase uma década de guerra acirrada, Recife e as últimas posições holandesas capitularam em janeiro de 1654. A primeira senha dos insurgentes para a revolta foi “açúcar”, o que denota claramente que era uma das causas (e recompensas) principais da guerra, embora o *odium theologicum* entre calvinistas e católicos romanos tivesse desempenhado papel ainda mais importante na eclosão da revolta. Ambas as partes utilizaram auxiliares índios na luta, como já acontecera um século antes com os franceses, e a maioria das tribos tapuias aderiu aos holandeses, enquanto a maioria dos tupis permaneceu fiel aos portugueses. Muitas das forças luso-brasileiras nessa campanha

compunham-se de mulatos, negros e mestiços de todos os tipos. Entre os mais destacados comandantes de regimento estavam um chefe indígena puro (Camarão) e um negro puro (Henrique Dias). O primeiro chefe da revolta, João Fernandes Vieira, que lutou do primeiro ao último dia, era filho de um fidalgo da Madeira e de uma prostituta mulata. O desgosto natural dos holandeses por terem perdido o “Brasil holandês” foi intensificado pelo fato de terem compreendido que haviam sido derrotados por um exército em grande parte de cor. Assim, o comércio do açúcar ficou por fim em poder dos portugueses, mas métodos mais avançados de cultivo do açúcar e de moagem da cana foram introduzidos nas Índias Ocidentais britânicas e francesas durante a ocupação holandesa de Pernambuco, provavelmente graças à atuação de judeus luso-brasileiros.

As derrotas sofridas pelos portugueses para os holandeses nos primeiros quarenta anos do século XVII constituíram um dos principais motivos para a revolta daqueles contra a Coroa espanhola em 1640, contudo foi vã a esperança de que os holandeses deixariam de atacar as possessões portuguesas assim que a metrópole tivesse cortado seus laços com a Espanha. Em Haia, em 1641, assinou-se uma trégua de dez anos entre os dois adversários, que foi ratificada um ano mais tarde e implementada na Ásia somente em novembro de 1644. No Brasil e em Angola a trégua nem sempre foi observada, mesmo antes do recomeço, em grande escala, da guerra que teve origem na eclosão da revolta pernambucana, em junho de 1645. A intensificação das hostilidades fora da Europa após a expiração da trégua, em 1652, levou os portugueses a procurar a proteção de uma aliança com os ingleses, por intermédio do casamento de Carlos II com Catarina de Bragança, em 1661. A paz que Portugal conseguiu posteriormente com a Espanha e as Províncias Unidas (em 1668-9), em parte devido à ação mediadora dos ingleses, foi, no que diz respeito a Portugal, de esgotamento. O fato de sacrificar Bombaim e Tânger aos hereges ingleses como parte do dote de Catarina melindrou os portugueses, fervorosos católicos, embora não houvesse nenhuma probabilidade de que pudessem, naquelas circunstâncias, promover o desenvolvimento dessas duas possessões.

As razões para a vitória dos holandeses na Ásia podem se resumir a três pontos fundamentais: recursos econômicos superiores, número superior de homens, poder marítimo superior. As Províncias Unidas da Holanda Livre eram uma metrópole mais rica do que o empobrecido reino de Portugal. A

população dos dois países devia ser aproximadamente idêntica (de 1,25 milhão a 1,5 milhão de habitantes cada um), porém, enquanto Portugal teve que fornecer carne de canhão a serviço da Espanha, até 1640, e contra ela a partir daí, os holandeses podiam se servir, e se serviram amplamente, em seus exércitos e frotas, do potencial humano fornecido por seus vizinhos alemães e escandinavos. A disparidade do efetivo humano no mar era ainda mais impressionante, e foi convincentemente expressa pelo grande jesuíta português Antônimo Vieira, em 1649. Ele calculava que os holandeses possuíam mais de 14 mil navios que podiam ser usados como vasos de guerra; Portugal, por sua vez não possuía sequer treze navios da mesma categoria. Os holandeses, dizia ele, dispunham de 250 mil marinheiros para tripular os navios, enquanto Portugal não conseguia reunir 4 mil. É claro que Vieira exagerava, mas não muito. Um censo realizado em Lisboa, em 1620, que pretendia identificar o número de marinheiros disponíveis para tripular a frota registrou apenas 6260 homens em todo o país. Numa reunião do conselho consultivo do vice-rei em Goa, em novembro de 1643, afirmou-se que não havia em Lisboa número suficiente de pilotos habilitados para conduzir qualquer embarcação para a Índia, uma vez que todos os que possuíam as devidas credenciais — menos de dez indivíduos — encontravam-se nos três navios que faziam a Carreira da Índia, detidos pelo bloqueio holandês em Goa. A falta de marinheiros de alto-mar foi um problema permanente no império português, como já tivemos oportunidade lembrar, mas nunca foi tão grave como durante a longa crise causada pela guerra contra os holandeses.

Outra razão para os sucessos marítimos dos holandeses na Ásia deve-se a que os governadores-gerais da Batávia, e em especial Antonio van Diemen, que partiu a espinha dorsal do poder marítimo português no Índico, entre 1636 e 1645, possuíam conhecimentos a respeito de estratégia naval muito mais eficazes do que a maioria dos vice-reis portugueses de Goa. Além disso, os portugueses contavam, para atuar como chefes navais e militares, quase exclusivamente com os fidalgos, senhores de linhagem e de brasão, por isso se encontravam em desvantagem em relação aos comandantes a serviço da Companhia Holandesa das Índias Orientais, na qual a experiência e a competência profissional (e não a genealogia e o status social) constituíam os critérios principais para a promoção. Os observadores portugueses mais inteligentes não deixaram escapar esse fato. Um deles, ao escrever em 1656, frisou com

mordacidade o contraste entre os aristocráticos fidalgos, que haviam perdido Malaca e Ceilão, e os holandeses de condição humilde que os conquistaram. Outros fatores relevantes foram a disciplina mais eficaz e o treinamento dos marinheiros e soldados holandeses, aliados à crescente riqueza da Companhia Holandesa das Índias Orientais, que contrastava com a economia em declínio da até então "dourada" Goa.

O padre Fernão de Queirós, o cronista jesuíta da guerra luso-holandesa no Ceilão, queixava-se de que "os holandeses diziam com razão que a nossa guerra era sempre uma *guerra de pobres*". Um experiente comandante português na Índia disse ao vice-rei, em 1663: "É fato bem sabido que a sorte da guerra não pode ser melhorada sem homens e sem dinheiro, e esta é a razão por que vemos tantas desordens, tantas lágrimas e tantas perdas, porque o rei não tem senão um tesouro vazio e seus vassalos não têm nenhum capital para o ajudarem". No ano seguinte, outro comandante português escreveu, da costa de Malabar, ao mesmo vice-rei:

Qualquer capitão holandês tem plenos poderes e muito dinheiro para utilizar em qualquer ocasião, e está autorizado a gastá-lo sem preocupação quando necessário. Quanto a nós, temos que obter a permissão de uma autoridade superior para qualquer coisa ainda que mínima, e essa permissão chega, freqüentemente, tarde demais. Além disso, como estamos mal supridos, somos sempre obrigados a implorar, seja para onde for que nos dirijamos, o que, por sua vez, nos impossibilita de realizar seja o que for, porque nada pode ser feito sem dinheiro, sobretudo com esses nativos da Índia.

Dom Manuel Lobo da Silveira errava ao afirmar que os administradores da Companhia Holandesa das Índias Orientais nunca relutavam em ceder o dinheiro para as despesas navais e militares acarretadas pelas dispendiosas campanhas de seus subordinados. Mas sua observação reflete o truísmo de que numa guerra entre ricos e pobres, quando todos os outros fatores são idênticos (moral, físico, equipamento, treino, táticas etc.), os ricos estão desafiados a ganhar.

É evidente que, ao longo da prolongada luta entre portugueses e holandeses, nem sempre esses fatores foram idênticos. No caso de dois deles, o físico e a disciplina, a vantagem pertencia aos holandeses, especialmente no tea-

tro de guerra asiático. Os alistados nas companhias holandesas das Índias Orientais e das Índias Ocidentais eram, evidentemente, mercenários, e entre os soldados rasos havia sobretudo alemães, franceses, escandinavos e (antes de 1652) ingleses, embora com porcentagem maior de holandeses entre os oficiais. O físico dos europeus nórdicos era motivo de comentários invejosos de seus adversários no Brasil e no Ceilão; e se muitas vezes os holandeses resmungavam quanto à insuficiência de suas rações, eram invariavelmente mais bem alimentados do que os portugueses. Os soldados portugueses quase mortos de fome que se encontravam no Ceilão, em 1644, queixavam-se: "Estamos tão magros e famintos que nem três de nós se equiparam a um holandês". O oficial português mais antigo, presente na reconquista da Bahia em maio de 1625, escreveu sobre a guarnição holandesa derrotada: "Eram todos jovens, homens escolhidos que brilhariam em qualquer infantaria do mundo". Um dos defensores portugueses da Bahia, por ocasião do segundo ataque holandês, em 1638, escreveu em seu diário depois que o assalto final foi repellido: "Contamos os seus mortos quando os entregamos — 327 dos mais perfeitos que jamais poderíamos ter visto; pareciam gigantes e eram, sem dúvida, a flor da tropa holandesa".

Por outro lado, os soldados portugueses, mandados como carne de canhão para os campos de batalha coloniais durante todo o século xvii, eram quase sempre recrutados à força entre presos e criminosos condenados, como monotona e testemunham as reiteradas queixas das autoridades de Goa e da Bahia. Nem mesmo as autoridades da metrópole desconheciam as desvantagens que esse processo de recrutamento acarretava. Manuel Severim de Faria, o erudito cônego de Évora, escreveu em 1622, após ter recebido a notícia da queda de Ormuz:

Nada melhor podia ser esperado da má escolha que se faz em Portugal dos soldados que mandamos para a Índia, esvaziando as prisões de todos os rufões que são encarcerados porque não sabem como manter a fé em Deus e no Homem. E portanto não é de surpreender que os que se comportam desse modo em seu país ajam do mesmo modo no estrangeiro.

Opinião idêntica foi expressa cerca de sessenta anos mais tarde pelo capitão João Ribeiro, veterano da guerra que ocorreu no Ceilão entre 1640 e

1658, a propósito dos contingentes de condenados enviados anualmente da prisão do Limoeiro: "Porque aquele que se comporta mal em Portugal não pode se comportar bem na Índia". Tampouco são menos numerosas as queixas oficiais de que uma porcentagem demasiado elevada dos novos recrutados embarcados para as conquistas era de meras crianças — era relativamente comum haver "soldados" de doze, dez e oito anos, e sabe-se de alguns de apenas seis. Além disso, muitos dos melhores recrutados adultos trocavam prontamente a espada de soldado pelo hábito do monge ou pela batina do noviço jesuíta, pouco depois da chegada a Goa. Esse costume foi tema de grande parte da correspondência acrimoniosa entre a Coroa, os vice-reis e as autoridades eclesiásticas ao longo de todo o século xvii. A própria persistência dessa correspondência mostra que nunca se conseguiu erradicar o abuso, apesar de todas as investivas reais e dos vice-reis contra ele.

A carência de disciplina rígida e de treinamento militar adequado em tempo de paz também colocou os portugueses em franca desvantagem diante de seus adversários holandeses. Foi o que ocorreu na Ásia, onde, por motivos que discutiremos no capítulo 13, os portugueses, durante quase dois séculos, abstriveram-se de organizar unidades militares permanentes. A única tática que utilizavam era uma investida desorganizada ao grito guerreiro de "Santia-go e eles!". Mesmo na Europa, os portugueses eram sempre os últimos a adotar qualquer inovação nas táticas, no treinamento e no equipamento, como afirmou dom Francisco Manuel de Melo, preeminente escritor com experiência naval e militar considerável, em suas *Epanáforas* de 1660. Isso era bastante estranho, uma vez que seus vizinhos espanhóis estiveram na vanguarda do progresso militar durante todo o século xvi. Conseqüentemente, os portugueses foram alvo de muitas críticas desdenhosas de seus contemporâneos castelhanos, entre 1580 e 1640, por causa de sua "completa ignorância de qualquer forma de disciplina militar".

A falta de disciplina e de treinamento militar aliava-se a uma presunçosa autoconfiança, que os tornava notoriamente descuidados e negligentes em momentos e lugares críticos, quando eram necessários cuidados e vigilância adicionais. Francisco Rodrigues da Silveira escrevia por experiência pessoal ao se queixar, em 1595, de que os soldados da guarnição de Ormuz, em sua maioria, habitavam e dormiam fora da fortaleza, chegavam para o serviço de sentinela duas horas atrasados e quando se apresentavam, tardiamente, mandavam

um negro (ou uma negra) à frente para carregar suas armas. Alguns marinhos holandeses que desembarcaram perto de Damão, no ano das tréguas de 1649, entraram na cidade sem ter encontrado ninguém, nem ter sido interpelados, já que a população (incluindo a guarnição) dormia profundamente a sesta de quatro horas, de meio-dia às quatro da tarde. As guarnições portuguesas em geral não possuíam armas suficientes, e, quando a situação não era essa, as que empunhavam estavam maltratadas, enferrujadas ou imprestáveis por outros motivos, como testemunha uma sucessão de queixas a partir do tempo de Afonso de Albuquerque. Poderíamos dar outros inumeráveis exemplos daquilo que Manuel Severim de Faria qualifica com indignação como:

essa abominável negligência em que vivem nossos portugueses para além da barra de Lisboa, como se estivessem em segurança em casa, no interior de Portugal. Isso os levou muitas vezes aos reveses mais terríveis, pois ao lutar desarmados contra adversários fortemente armados ou somos derrotados ou então escapamos por um milagre do Céu.

Como em todos os confrontos que se arrastam por muito tempo, o curso da luta entre portugueses e holandeses no mundo tropical foi amargurado por acusações mútuas de atrocidades e de crueldades infligidas aos prisioneiros de guerra. Aconteceu especialmente na campanha de Pernambuco de 1644-54, em que cada parte acusou a outra de incitar os respectivos auxiliares ameríndios a cometer barbaridades selvagens, e em que os chefes de ambos os lados chegavam a proibir os próprios homens de poupar o adversário. Nas fases finais da guerra do Ceilão, o cabo Saar conta como ele e alguns de seus camaradas, que haviam sido maltratados quando prisioneiros dos portugueses, se vingaram dos inimigos em fuga depois da batalha de Paniture, em outubro de 1655:

Porque embora nossos oficiais gritassem: "Camaradas, chamam-nos holandeses clementes, por isso mostremo-nos realmente assim e poupemos nossos inimigos!", agimos, no entanto, como se não os tivéssemos ouvido, e atiramos nos homens com vigor e cortamos o caminho dos fugitivos assim que pudemos levantar as mãos e empunhar as armas, abatendo assim muitas centenas deles.

O *odium theologicum* também desempenhou seu papel ao exacerbar o ódio mútuo, e os portugueses se queixavam de que quando sofriam nas mãos dos holandeses, quer no Ceilão, quer no Brasil, seus piores opressores eram em geral os zelosos calvinistas, ou "pichelíngues", como lhes chamavam por causa da pronúncia incorreta da palavra *Viissingen* ("rubor da face").

Tendo em vista as vantagens de que os holandeses dispunham, dentre as quais enumearei apenas algumas, pode-se perguntar por que levaram sessenta anos para conquistar parte da Ásia portuguesa, e por que fracassaram completamente em Angola e no Brasil depois de um começo tão promissor. Entre os vários motivos possíveis, podemos mencionar alguns. Embora não possa haver dúvidas de que, individualmente, os mercenários holandeses eram, de modo geral, mais fortes fisicamente do que seus adversários portugueses, estes estavam muitas vezes mais bem aclimados nos trópicos. Isso ajuda a explicar a vitória final luso-brasileira no Brasil, onde as batalhas dos Guararapes em 1648 e 1649 foram vencidas por homens habituados ao sol tropical e hábeis nas lutas no mato contra os que tinham sido treinados nos campos de batalhas mais frescos e formais de Flandres e da Alemanha. No Ceilão tropical, por outro lado, a vitória final coube aos holandeses. Em parte, sem dúvida, em virtude da ajuda que receberam de seus aliados cingaleses — ainda que os portugueses também tivessem seus *lascarins*, ou auxiliares, cingaleses fiéis — mas sobretudo devido à incompetência crônica do alto comando português na ilha. Em contrapartida, em Pernambuco, os luso-brasileiros apresentaram os chefes mais eficientes, reunidos naquele notável triunvirato: João Fernandes Vieira (nascido na Madeira), André Vidal de Negreiros (nascido no Brasil) e Francisco Barreto (nascido no Peru), habilmente secundados, como já mencionamos, pelo ameríndio Filipe Camarão e pelo negro Henrique Dias. As vicissitudes da luta em terra contrastavam fortemente com o curso da luta no mar, onde desde o início os holandeses estabeleceram e mantiveram superioridade esmagadora, tanto no Índico como no Atlântico sul. Mesmo quando perderam temporariamente o comando no mar com resultados desastrosos para eles próprios, como aconteceu em Luanda, em agosto de 1648, e em Recife, em janeiro de 1654, isso não se deveu a nenhuma derrota naval causada pelos adversários, mas a uma estratégia mal calculada e a falhas administrativas, associadas a acidentes provocados pelo vento e pelo tempo.

Excluindo considerações desse tipo, um tanto técnicas, o motivo básico

pelo qual os portugueses conseguiram conservar parte tão grande de seu débito império marítimo, apesar da superioridade esmagadora dos holandeses em muitos aspectos, deve-se a que, com todos os seus erros, fixaram raízes mais profundas como colonizadores. Conseqüentemente, em geral não podiam ser afastados da cena apenas por causa de uma derrota militar, ou mesmo por uma série de derrotas, como as que sofreram no Nordeste do Brasil entre 1630 e 1640, e em Angola entre 1641 e 1648. Muitos holandeses tinham consciência desse fato, que impressionou observadores tão diferentes quanto o governador-geral Antonio van Diemen, na Batávia, e o cabo Johann Saar, no Ceilão. O primeiro escreveu a seus superiores em Amsterdã, em 1642:

A maioria dos portugueses na Índia (= Ásia) consideram essa região seu país natal. Já não pensam mais em Portugal. Comerciam pouco ou nada com Portugal, e contentam-se com o comércio entre portos da Ásia, exatamente como se fossem dali e não tivessem nenhum outro país.

O cabo Saar, depois de alguns anos de serviço contra os portugueses no Ceilão, escreveu sobre eles, vinte anos mais tarde:

Seja aonde for que cheguem, eles pretendem se estabelecer aí o resto da vida, e nunca mais pensam em voltar para Portugal outra vez. Mas um holandês, quando chega à Ásia, pensa "Quando meu período de seis anos de serviço acabar, volto outra vez para a Europa".

Mutatis mutandis, críticas semelhantes podiam ser (e foram) feitas ao domínio temporário dos holandeses no Nordeste brasileiro e ao longo da costa de Angola e de Benguela. O conde Johan Maurits [Maurício] de Nassau, cujo governo esclarecido adotado no Brasil holandês é reconhecido por muitos brasileiros ainda hoje, nunca deixou de avisar a seus superiores em Haia e em Amsterdã que, a menos que enviassem colonos holandeses, alemães e escandinavos em grande número para substituir (ou para se misturar com) os colonos portugueses, estes iriam sempre se manter portugueses de coração e se revoltar na primeira oportunidade. E assim ocorreu em julho de 1645. O célebre viajante huguenote Jean-Baptiste Tavernier escreveu: "Os portugueses, aonde quer que vão, tornam o lugar melhor para os que lhes sucedem, en-

quanto os holandeses tentam destruir todas as coisas onde quer que ponham os pés". Tavernier tinha idéias notoriamente preconcebidas contra os holandeses, mas é verdade que, como explicou o cabo Saar, quando conquistaram Colombo, Cochim e outras colônias portuguesas bem construídas, desmantelaram muitas casas, muralhas e fortificações, contentando-se com cerca de um terço da superfície ocupada por seus predecessores. É também verdade que, durante o século XVI, os portugueses, direta e indiretamente, disseminaram o cultivo do cravo-da-índia nas Molucas, em especial ao introduzi-lo em Amboíno. Os holandeses, por sua vez, cortaram, mais tarde, enorme quantidade de craveiros-da-índia para não correrem o risco de excesso de produção, e forçaram (por meios chamados *Horigi-tochten*) a venda do cravo unicamente a eles, o que os portugueses nunca foram capazes de fazer. Os portugueses também haviam abastecido a ilha desabitada de Santa Helena com árvores frutíferas, porcos, cabras etc., para que servisse de escala onde os navios da Carreira da Índia pudessem conseguir alimentos frescos, caso houvesse essa necessidade. Os holandeses, nas primeiras idas à ilha, cortaram as árvores e tentaram devastá-la, mas acabaram alterando essa política destrutiva e seguiram o costume português.

Embora os portugueses, quase sempre, e com brutalidade, reforçassem suas reivindicações ao monopólio da "conquista, navegação e comércio" do oceano Índico, os holandeses ficaram contrariados ao descobrir, quando contestaram, com êxito, tais pretensões monopolistas, que os indianos "eram, no entanto, mais favoráveis aos portugueses do que a qualquer outra nação cristã", como Gillis van Ravesteyn escreveu de Surat, em 1618. Quarenta e três anos depois, Willem Schouten queixou-se de que os pescadores de pérolas de Tuticorim preferiam, de longe, os opressores portugueses aos libertadores holandeses. Encontramos muitas declarações semelhantes de outros holandeses com longa experiência na Ásia reproduzidas na obra enciclopédica de Pieter van Dam, compilada para informação confidencial dos administradores da Companhia Holandesa das Índias Orientais no final do século XVII. Van Dam afirmava que, embora os portugueses muitas vezes maltratassem e afrontassem os indianos, "capturando e queimando seus navios, causando estragos em seus portos e os atacando, convertendo à força seus cativos ao cristianismo, aplicando taxas arbitrárias aos carregamentos que enviam por mar, comportando-se orgulhosa e arrogantemente em sua terra", ainda assim os indianos preferiam negociar com os portugueses a fazê-lo com quaisquer outros europeus.

Muitos escritores modernos, sobretudo portugueses, afirmam que essa atitude dos indianos, comum a outros asiáticos (ainda que não a todos), devia-se principalmente à proporção de portugueses que se casavam com mulheres indianas, muito maior do que a de europeus nórdicos, e ao fato de não terem nenhum preconceito de cor. Deve ser dado grande desconto a essas duas explicações, que, aliás, não se encontram entre as que chegaram do século xvii. No Oriente, os mercadores holandeses e ingleses também coabitavam com mulheres asiáticas, apesar de não se casarem com elas com tanta frequência como os portugueses. Ademais, as mulheres em questão eram quase sempre de casta ou classe baixa, ou prostitutas, ou convertidas ao cristianismo, consideradas renegadas por seus compatriotas respeitáveis; portanto, não exerciam nenhuma influência na vida política nem na política econômica. Longe de não terem preconceito racial, os portugueses, ao contrário, mostravam que o tinham, e em alto grau, em várias esferas, como se explica no capítulo 11, além do fato de (como observou Linschoten, sem exagerar demais), “em todos os lugares, serem senhores e donos, desprezando e aviltando os habitantes”.

Diversos funcionários e comerciantes holandeses no Oriente observaram que os portugueses gozavam de significativa vantagem sobre os holandeses em face da influência e do prestígio que os missionários católicos romanos adquiriram em várias regiões. Vimos anteriormente que os métodos portugueses de propagação da fé eram às vezes mais coercivos do que persuasivos em locais onde exerciam o poder político livre de entraves, mas, onde conseguiam implantar o catolicismo romano, este em geral criava raízes firmes. Antonio van Diemen, um dos poucos governadores-gerais zelosamente calvinistas das Índias Holandesas Orientais, notou, com pesar, que, no campo do proselitismo religioso, os missionários portugueses “são muito superiores a nós, e seus padres papistas demonstram maior zelo e energia do que nossos pregadores e leitores leigos”. Pieter van Dam, ao escrever no fim do século, atribuía o êxito dos portugueses na manutenção de suas posições perigosamente expostas nas Sunda Menores fundamentalmente “ao fato de seus padres e seu clero terem a maior parte dos nativos ao seu lado, e de, conseguindo garantir assim grande vantagem sobre nós, terem sido capazes de colher todos os benefícios”. Os holandeses depararam com uma resistência de inspiração católica romana contra seu governo na região costeira do Ceilão e na Índia meridional; e o calvinista escocês Alexander Hamilton, “comerciante sem licença”,

queixou-se de que os bantos da região do Zambeze e do litoral moçambicano “só comerciavam com os portugueses que mantêm alguns padres na costa marítima, que inspiram um temor excessivo aos nativos tolos e conseguem as presas de elefante e o ouro em troca de bagatelas”. Os missionários jesuítas na corte de Pequim foram os grandes responsáveis pelo fracasso de todos os esforços dos holandeses com vistas a estabelecer um comércio oficialmente reconhecido com a China, embora as autoridades provinciais de Kwantung e Fuquiém estivessem, em geral, a favor da aceitação dos “bárbaros de cabelo vermelho”, após o início da dinastia Manchu em 1644.

A estreita cooperação entre a Cruz e a Coroa, uma das características dos impérios ibéricos, nem sempre foi, evidentemente, vantajosa para os portugueses em sua luta contra os holandeses. O receio de uma “quinta-coluna” cristã constituiu uma das principais razões para o fechamento do país, ordenado pelo governo japonês, a todos os europeus, com exceção dos holandeses, em 1639. Esse receio, que havia muito estava latente no pensamento dos ditadores militares japoneses, foi deliberadamente exacerbado pelos holandeses e ingleses protestantes, no princípio do século xvii, com a denúncia de que os missionários católicos eram perigosos agentes subversivos. No outro lado do mundo, o rei católico romano do Congo e seu clero nativo, apesar de rejeitarem hesitação as tentativas de propagação dos calvinistas holandeses, acolhiam com entusiasmo as notícias das vitórias holandesas. Chegaram até a rezer nas igrejas pelo êxito dos exércitos holandeses protestantes contra os portugueses católicos em Angola, entre 1641 e 1648. Dom Mateus de Castro, bispo titular de Crisópolis, goense de nascimento, cultivava tamanha antipatia por seus correligionários portugueses que incitou, de um lado, a calvinista Companhia Holandesa das Índias Orientais e, de outro, o sultão muçulmano de Bijapur a atacarem Goa, na década de 1644 a 1654. Embora os missionários jesuítas fossem muitas vezes bem recebidos como enviados à corte do grão-mogol, o “grão-sufi” da Pérsia, xá Abbas I, solicitou, em 1614, que não lhe mandassem mais frades agostinianos nem padres jesuítas como enviados diplomáticos, “porque um religioso fora de sua cela era como um peixe fora d’água”. Mas a atitude do xá Abbas não era compartilhada por muitos na Ásia. Na Índia e no Japão, respectivamente, os brâmanes e os sacerdotes budistas não raro eram utilizados como enviados diplomáticos, e a maioria dos governantes asiáticos não via incongruência no fato de missionários portugueses desempenharem funções dessa natureza.

De todo modo, as autoridades holandesas admitiam, com pesar, que seus ministros calvinistas ou *predikanten* jamais poderiam competir em igualdade de condições com os padres católicos romanos. Durante a ocupação holandesa de Pernambuco (1630-54), muitos holandeses se aproximaram da (ou se reconciliaram com a) Igreja de Roma; enquanto os conversos do catolicismo para o calvinismo eram tão raros quanto dentes numa galinha. O mesmo se passou nas possessões portuguesas asiáticas conquistadas pelos holandeses, e onde quer que houvesse uma comunidade católica romana sob o domínio dos hereses. Os eurasiáticos da Batávia, de Malaca, de Coromandel, do Ceilão e de Malabar, sempre que podiam, e muitas vezes à custa de grandes riscos pessoais, deixavam o *predikant* pregando para as paredes e esgueiravam-se para ouvir qualquer padre católico romano disfarçado, de passagem, dizer a missa, batizar os filhos deles ou celebrar casamentos. Com poucas exceções — sendo Amboinó a principal —, os conversos ao calvinismo pelos holandeses nas antigas possessões portuguesas não deixaram nenhum vestígio no mundo tropical da atualidade, enquanto as comunidades católicas romanas semeadas pelos portugueses ainda florescem em muitas regiões.

Outro motivo por que os asiáticos — ou muitos deles — preferiam lidar com os portugueses e não com os ingleses ou com os holandeses foi explicado pelo cronista Antonio Bocarro, quando escreveu sobre o comércio de têxteis em Guzerate, em 1614. Enquanto os portugueses, mais pobres e mais modestos, empregavam nativos da região para empacotar, transportar e carregar tudo o que compravam em terra, as Companhias Holandesa e Inglesa das Índias Orientais insistiam em fazer com que muito desse trabalho manual fosse executado por seus próprios marinheiros e empregados brancos. Além de utilizar maior quantidade de mão-de-obra local, os portugueses se contentavam em obter um lucro menor em certos produtos, em vários períodos e locais. Francisco Pelsaert, o administrador holandês de Agra, ao escrever sobre o declínio do comércio português com Guzerate, em 1626, observou:

Por causa dessa decadência, somos amaldiçoados não só pelos portugueses, mas pelos hindus e muçulmanos, que jogam toda a culpa em nós dizendo que somos o flagelo de sua prosperidade; porque, mesmo que o comércio holandês e inglês valesse um milhão de rupias anuais, isso não se pode comparar com o comércio anterior que era muitas vezes superior, não só na Índia mas também na Arábia e na Pérsia.

Correndo o risco de excessiva simplificação, talvez possamos dizer que, embora os holandeses fossem, a princípio, calorosamente acolhidos por muitos povos asiáticos como reação ao orgulho e às pretensões portuguesas, a experiência não demoraria a mostrar que os que caíram na esfera do monopólio da Companhia Holandesa das Índias Orientais saíram da frigideira e caíram na brasa.

Além da luta direta e da rivalidade econômica, política e religiosa entre portugueses e holandeses, outra característica dessa luta merece ser mencionada: a batalha entre as duas línguas. Quanto a esse aspecto, os portugueses levaram a palma com facilidade. Uma vez que a expansão ultramarina da Europa foi iniciada pelos portugueses, a língua portuguesa (ou uma adaptação dela) tornou-se a língua franca da maioria das regiões costeiras que eles abriram ao comércio e aos empreendimentos europeus em ambos os lados do globo. Por ocasião do confronto com os holandeses, a língua portuguesa já criara raízes demasiado profundas para ser erradicada, mesmo nos domínios coloniais em que os holandeses tentaram substituí-la. Durante os 24 anos em que os holandeses dominaram todo ou parte do Nordeste brasileiro, a população subjugada recusou-se obstinadamente a aprender a língua de seus senhores heréticos, e acredita-se que apenas duas palavras holandesas sobreviveram na linguagem popular pernambucana. Em Angola e no Congo, apesar de a grande maioria dos bantos ter se reunido em torno dos holandeses entre 1641 e 1648, seus escravos, auxiliares e aliados negros continuaram a utilizar o português e não fizeram nenhum esforço para aprender o holandês. No Nordeste brasileiro, vários filhos de chefes tapuias foram enviados à Holanda com o propósito de ser educados, e lá aprenderam a língua e se converteram à religião dos holandeses. Mas poucas andorinhas não fazem verão, e os missionários jesuítas logo destruíram qualquer vestígio de influência holandesa entre os ameríndios brasileiros, a partir de 1656.

Na Ásia, o português, ou, antes, as formas crioulas que dele procederam, resistiram com êxito mais notável à pressão e à legislação oficial holandesa. O rei (ou imperador) de Candi, no Ceilão, o rajá Sinha II (1629-87), embora tivesse se aliado aos holandeses contra os portugueses, recusou-se a aceitar cartas ou despachos escritos em holandês e insistiu em que fossem escritos em português, língua que falava e escrevia com fluência. Os governantes muçulmanos de Macacar também falavam português fluente, e um deles tinha até

6. Estagnação e retração no Oriente (1663-1750)

lido no original todas as obras devocionais do escritor espanhol frei Luís de Granada, O.P. Em abril de 1645, Gerrit Demmer, governador das Molucas, observou que o português, "ou até mesmo o inglês", pareciam ser línguas mais fáceis e mais atrativas para os nativos de Amboíno do que o holandês. A prova mais espantosa da vitória da língua de Camões sobre a de Vondel foi a formação da capital colonial holandesa da Batávia, "a rainha dos mares orientais". Os portugueses nunca puseram os pés lá, a não ser como prisioneiros de guerra ou como visitantes ocasionais e de passagem. No entanto, o dialeto crioulo procedente do português foi introduzido por escravos e criados domésticos da região da baía de Bengala e era falado pelos holandeses e pelas mulheres de casta intermediária, nascidos e criados na Batávia, às vezes com exclusão da própria língua materna. Houve muitas críticas oficiais a esse costume, mas, como autoridades da Batávia observaram em 1647, a maior parte dos holandeses considerava "uma grande honra saber falar uma língua estrangeira" — ao contrário de seus antecessores portugueses e sucessores ingleses e franceses criadores de impérios. O mesmo se passou em muitos outros lugares; até no cabo da Boa Esperança, onde as condições favoreceram o desenvolvimento da colonização branca depois das primeiras décadas difíceis, o português crioulo manteve-se durante muito tempo como língua franca, e não deixou de ter influência no desenvolvimento do africâner. O governador-geral Johan Maetsuyker e seu conselho na Batávia assim explicaram aos administradores da Companhia Holandesa das Índias Orientais, em 1659:

A língua portuguesa é fácil de falar e de aprender. É esse o motivo por que não podemos impedir os escravos trazidos para cá de Arakan, que nunca ouviram uma palavra sequer de português (e até nossos próprios filhos), de preferirem essa língua a todas as outras e de a considerarem a sua.

O padre Manuel Godinho, um jesuíta que fez a viagem por terra da Índia até Portugal, via golfo Pérsico, em 1663, começou a narração de suas andanças, publicada em Lisboa dois anos mais tarde, com o seguinte lamento pelas glórias passadas e pelas misérias presentes:

O império ou Estado indiano lusitano, que anteriormente dominava a totalidade do Oriente e compreendia 8 mil léguas de soberania, 29 capitais de província e muitas outras de menor importância, e que ditava leis a 33 reinos tributários, espantando todo o mundo com sua enorme extensão, assombrosas vitórias, próspero comércio e imensas riquezas, está agora reduzido, por causa de seus próprios pecados ou devido à inevitável decadência dos grandes impérios, a tão poucas terras e cidades que se pode muito bem duvidar que o Estado fosse mais pequeno mesmo em seu início do que é agora no fim.

Depois de comparar o princípio, o crescimento, a prosperidade e a decadência da Índia portuguesa com as quatro idades do homem, o jesuíta concluiu com tristeza:

Se ainda não expirou completamente, é porque não encontrou um túmulo digno de sua anterior grandeza. Se era uma árvore, é agora um tronco; se era um

edifício, é agora uma ruína; se era um homem, é agora um coto; se era um gigante, é agora um pigmeu; se era grande, não é nada agora; se era a vice-realeza da Índia, está agora reduzido a Goa, Macau, Chaul, Baçaim, Damão, Diu, Moçambique e Mombaça, com algumas outras fortalezas e locais de menor importância — em resumo, reliquias e o pouco do grande corpo desse Estado, que os nossos inimigos nos deixaram, ou como memorial daquilo que dantes possuía na Ásia, ou como uma lembrança amarga do pouco que, agora, lá possuímos.

A jeremiada do padre Godinho foi repetida por muitos contemporâneos, incluindo o vice-rei João Nunes da Cunha, que escreveu para a Coroa em junho de 1669: "Há muito menos portugueses neste Estado do que em Alhos Vedros", uma aldeia ao sul de Lisboa que compreendia apenas duzentas famílias. Calculando que cada família se constituísse de cinco ou seis pessoas, teríamos um total inferior a 1500 portugueses brancos nas colónias portuguesas que restavam, de Sofala até Macau. O vice-rei devia estar exagerando, mas não muito. A correspondência oficial entre Lisboa e Goa de 1650 a 1750 reflete constantemente a preocupação pelo número insuficiente de portugueses nascidos na Europa e residentes no Oriente, bem como pela elevada taxa de mortalidade em locais pouco saudáveis como Goa e a ilha de Moçambique. Mais particularmente, a escassez permanente de mulheres brancas — havia apenas uma em Mascate, em 1553, e também só uma em Macau, em 1636, por exemplo — foi agravada, se devemos acreditar no que o padre jesuíta Fernão de Queirós escreveu em Goa em 1687: "Ainda hoje a gravidez das mulheres portuguesas termina quase sempre de forma fatal tanto para a mãe como para o filho".

Já vimos que pouquíssimas mulheres partiram de Portugal para acompanhar seus homens até o Oriente durante o século XVI, e essa situação perdurou nos duzentos anos seguintes. A Coroa portuguesa, ao contrário da espanhola, tendia a desencorajar as mulheres de partir para as "conquistas" (durante séculos, foi essa a denominação oficial das colónias); a única exceção eram as "órfãs do rei". Como o nome indica, eram moças órfãs, em idade de casar, que dos orfanatos de Lisboa e do Porto eram enviadas em grupos, à custa da Coroa, portadoras de dotes constituídos de postos governamentais de pequena importância para aqueles que quisessem casar com elas após chegarem a Goa. O primeiro contingente partiu de Lisboa em 1546 e o sistema parece ter continuado até o início do século XVIII. Não creio que tenham ido mais do

que trinta moças num só ano — a média anual mais comum era de cinco a quinze. Houve anos em que nenhuma foi enviada, embora Francisco Rodrigues da Silveira, que serviu na Índia de 1585 a 1598, estivesse nitidamente exagerando quando escreveu: "Mostra, na realidade, grande negligência de nossa parte enviar todos os anos para a Índia quatro ou cinco navios grandes carregados de homens, mas não levando nenhuma mulher". Nem todas as órfãs encontravam marido quando chegavam à "Goa Dourada", como vez ou outra os vice-reis, governadores, conselheiros municipais e curadores da Misericórdia lembravam à Coroa. Algumas presumivelmente eram velhas ou feias demais; outras vezes, os empregos públicos concedidos aos futuros maridos eram tão mal remunerados que não constituíam atrativo financeiro. Em diversas ocasiões, a municipalidade de Goa solicitou à Coroa que não mandasse mais órfãs de Portugal para a Índia. Os conselheiros reclamavam, com razão, que havia na Índia número suficiente de mulheres e moças em idade de casar, filhas de respeitáveis cidadãos portugueses e de mães asiáticas, em relação às quais essas disposições deviam ser tomadas em primeiro lugar. A Coroa, temporariamente, parou de enviar as moças em 1595, mas logo recomeçou, se bem que nunca em quantidade suficientemente grande para que resultasse numa contribuição apreciável ao problema demográfico da Ásia portuguesa.

Além das "órfãs do rei", alguns portugueses casados levaram consigo para a Índia as mulheres e as filhas, embora na maioria dos casos apenas os filhos acompanhassem os pais. Jorge Cabral, governador-geral da Índia de 1549 a 1550, foi o primeiro vice-rei ou governador a ter em Goa uma mulher europeia. Esse exemplo foi seguido somente dois séculos mais tarde, quando a mulher do marquês de Távora, então recém-nomeado vice-rei, insistiu em acompanhar o marido à Índia em 1750, apesar da relutância da Coroa em lhe conceder autorização. O número reduzido de mulheres brancas que acompanhavam o marido à Ásia era quase tão diminuto como o das levas periódicas de órfãs, conforme observou o cronista do convento agostiniano de Santa Mônica, em Goa, ao escrever no fim do século XVII:

Embora os portugueses já estejam no Oriente há quase duzentos anos e todos os anos grande número de homens e também algumas mulheres embarquem para lá, ainda assim, com essa multidão, não aumentaram absolutamente nada, nem

existe descendência direta de filhos para filhos por mais de três gerações, nem nenhum aumento natural da nossa nação que valha a pena mencionar.

Novamente há certo exagero, porque havia algumas famílias brancas em Goa que podiam se gabar de uma linha direta de ascendência por mais de três gerações. Mas eram realmente poucas e estavam bem espalhadas, e a esmagadora maioria era constituída de eurásianos já na segunda ou terceira geração. Outra das razões para o fracasso dos portugueses em "crescer e se multiplicar" em suas colônias costeiras asiáticas e africanas durante os séculos xvii e xviii era a extrema insalubridade de alguns de seus baluartes mais importantes, em especial Goa e Moçambique. Essa ilha era descrita como um cemitério para os viajantes que iam e vinham da Índia já em 1550, pelos motivos que mencionaremos adiante. No que diz respeito à "Goa Dourada", o Conselho Municipal, ao escrever à Coroa em 1582, afirmava que a capital colonial se tornara insalubre depois do grande cerco de 1570-1, e a situação deteriorou-se incessantemente nos duzentos anos seguintes. As duas razões fundamentais para essa deterioração progressiva eram a natureza porosa do solo, que permitia às águas dos esgotos se infiltrarem nos poços onde os habitantes iam buscar a água que bebiam, contribuindo para a transmissão de doenças de origem fecal, e o aumento da incidência da malária, devido às águas estagnadas, propícias para a reprodução dos mosquitos em poços, tanques e piscinas para banho das casas e dos jardins abandonados. Mas as causas das doenças tropicais, como a disenteria e a malária, não podiam ser diagnosticadas antes das descobertas científicas dos séculos xix e xx. Os contemporâneos inclinavam-se a atribuir a mortalidade ao clima pretensamente insalubre e ao ar — em especial ao "ar noturno". Os arquivos do Hospital Real para os Soldados, em Goa, mostram que, nos primeiros trinta anos do século xvii, faleceram lá 25 mil portugueses, sem contar os que morreram em alojamentos ou em serviço, a bordo das frotas portuguesas. Ainda que faltem estatísticas confiáveis, não há motivo para supor que essa perda tivesse sofrido qualquer declínio relativo nos 150 anos seguintes. Nem os próprios cidadãos se encontravam em condições muito melhores, uma vez que bairros inteiros da anteriormente populosa capital ficaram desabitados e foram, no mesmo período, conquistados pela selva, apesar dos esforços do conselho municipal para deter esse declínio catastrófico. A Velha Goa foi oficialmente abandonada em 1760 por

um lugar mais saudável, e bem menor, de nome Pangim, alguns quilómetros mais perto da foz do rio Mandovi.

Uma causa menos importante, mas que também contribuiu para o fracasso da população branca e eurásiana em se reproduzir em quantidade suficiente, foi a ocorrência de elevado número de deserções entre os contingentes recém-chegados, compostos de recrutas inexperientes e de soldados sentenciados que constituíam grande porcentagem da guarnição. As queixas sobre deserções remontam ao tempo de Afonso de Albuquerque, mas entre 1650 e 1750 atingiram um crescendo, por motivos que discutiremos adiante. Aqui, bastará reproduzir duas observações típicas a respeito do problema. A primeira foi feita por dom Cristóvão de Melo, no Conselho do Estado de Goa em agosto de 1721, quando estava em discussão o projeto de uma expedição anglo-portuguesa contra Kanhoji Angria, o chefe marata de Alibagh. Dom Cristóvão salientou que as únicas tropas portuguesas europeias disponíveis eram os setecentos homens do regimento (terço) de Goa; muitos dos quais não estavam fisicamente aptos para o serviço ativo.

Não se pode contar (acrescentou ele) com a maior parte dos restantes, pois a experiência nos provou que nos servem com relutância e sem que possamos confiar neles. Porque, embora sejam pontualmente pagos e adequadamente alimentados, ainda assim desertam sem a menor razão ou desculpa, preferindo trabalhar como escravos dos muçulmanos, hindus e hereges, a ser vassallos do seu rei. E isso é algo que não podemos facilmente evitar, uma vez que a maioria deles vem arremetida do reino, na qualidade de exilados condenados por crimes infamantes, e, portanto, não se podem esperar nem coragem nem zelo da parte de homens dessa espécie em empresa tão difícil.

Vinte anos mais tarde, o vice-rei dom Pedro de Almeida, marquês de Castelo-Novo, escreveu ao secretário de Estado em Lisboa, informando-o de que não sabia o que fazer para enfrentar a torrente de deserções. Tinha consciência de que a melhor maneira de impedir os soldados de tal prática era pagar-lhes, vesti-los e alimentá-los bem, e não exasperá-los com castigos brutais. "É assim que eles são tratados neste Estado, e, no entanto, apesar de tudo, as deserções são tantas e tão frequentes que receio em breve nos vermos sem um único soldado europeu." Dentre os que ficavam em Goa, era considerável o

sa mais aprofundadas. Não sabemos até que ponto os omanis dependiam dos desertores e renegados europeus para manejar os canhões e projetar os navios, nem sabemos onde obtinham a madeira para construí-los, ou se dependiam inteiramente das embarcações que conseguiam comprar ou capturar. Mas a verdade é que enviaram expedições marítimas contra Mombaça em 1660-1, saquearam a cidade de Diu (onde o butim obtido foi imenso) em 1668, e por pouco não tomaram a fortaleza da ilha de Moçambique dois anos mais tarde. Atacaram repetidas vezes as possessões portuguesas menores da costa ocidental indiana, a começar por Bombaim em 1661. Já no fim do século XVII haviam expulsado os portugueses de Mombaça e de todas as ilhas ou cidades-Estados sualís ao longo da costa oriental africana que se localizavam ao norte do cabo Delgado (Pate, Pemba, Zanzibar, Melinde etc.), sobre as quais reclamavam a suserania.

De tempos em tempos os portugueses enviavam frota de Goa para socorrer Mombaça até o momento em que ela caiu, em dezembro de 1698, e também para atravessar o golfo Pérsico atacando seus inimigos, os omanis. Ambas as partes reclamavam vitórias retumbantes nas numerosas ações navais que se seguiram, mas, na realidade, as honras (as que de fato houve) foram divididas com bastante equilíbrio. O resumo sarcástico dessas campanhas inseqüentes, por Alexander Hamilton, não era inteiramente injusto:

A guerra de Mascate (que dura desde que os árabes lhes tomaram a cidade), embora seja a mais longa, não lhes tem causado o menor prejuízo, porque os obrigou a manter uma armada de cinco ou seis barcos, além de pequenas fragatas e presas de guerra, o que dá pão a muita gente que, de outro modo, seria uma carga muito mais pesada para o Estado, aglomerando-se nas igrejas. Os árabes e eles tiveram muitos encontros, mas nenhuma das partes causou grandes estragos à outra. Fui testemunha de um desses embates perto da barra de Surate, mas não houve sangue derramado.

Ovington, que visitou Surate em 1689, foi ainda menos lisonjeiro, tendo declarado que a primazia coubera aos omanis: "Os portugueses geralmente se esforçam para evitá-los, e nunca lutam com eles a não ser que estejam em situação muito vantajosa." Tanto Ovington como Hamilton compararam o tratamento dispensado aos prisioneiros de guerra por ambas as partes, com vantagem para os árabes.

número dos que entravam para as ordens religiosas, o que constituía objeto permanente de queixas na correspondência dos vice-reis e governadores com a Coroa, além de afetar adversamente a taxa de natalidade potencial.

A escassez de soldados na Índia portuguesa durante a segunda metade do século XVII e a primeira metade do século XVIII era ainda mais séria porque o Estado da Índia esteve, durante esse período, empenhado em luta quase permanente com os árabes de Omã e os maratas da Índia ocidental. Se os portugueses estavam à espera de algum descanso da luta no final da longa e desastrosa guerra contra os holandeses no Oriente, ficaram amargamente desapontados. "Digam-me, senhores", escreveu o cronista Diogo do Couto, autor do diálogo *O soldado prático* (1611), "se existe hoje em dia neste mundo outra terra que seja mais fronteira do que a Índia e na qual seja ainda mais necessário andar sempre de armas na mão? Por certo que não!". Um século mais tarde, os conselheiros ultramarinos em Lisboa observavam que "o governo da Índia é totalmente militar e guerreiro". Em 1746, o vice-rei dom Pedro de Almeida lembrou a dom João V: "Este estado é uma república militar e sua preservação depende inteiramente das nossas armas na terra e no mar". Esse ambiente fronteiro de uma guerra contínua, que perdurou, com poucos intervalos, até o fim do século XVIII, ajuda a explicar por que, em comparação com os homens, tão poucas mulheres portuguesas partiram voluntariamente para a Índia e por que os camponeses que emigravam voluntariamente de Portugal e das ilhas atlânticas preferiam tentar a sorte no Brasil, onde algumas tribos de ameríndios hostis podiam ser canibais, mas não estavam equipadas com mosquetes e artilharia, como acontecia com os maratas e os árabes de Omã.

Antes da ocupação portuguesa de Mascate, os omanis da costa haviam sido exploradores marítimos, mas seu sistema de navegação fora do tipo costeiro, e, por isso, não podia competir, no alto-mar, com os canhões portugueses. Entretanto, em janeiro de 1650, esses árabes tomaram Mascate e capturaram alguns navios portugueses que se encontravam no porto. Num espaço de tempo notavelmente curto, os imames de Omã conseguiram constituir e manter uma marinha que incluía navios de guerra bem armados, construídos segundo aquelas e outras presas portuguesas posteriores, e que lutou contra a armada de alto bordo portuguesa em condições similares no oceano Índico entre 1650 e 1730. O crescimento meteórico do poder marítimo omaniano, quase do nada, na sexta década do século XVII, requer investigação e pesqui-

Os portugueses tratam seus cativos com grande severidade, obrigando-os a trabalhar muito, e habituam-nos à disciplina do chicote, mas os árabes tratam os seus com muito mais humanidade, fazendo-os apenas prisioneiros, sem os obrigar a trabalhos forçados e dando-lhes um soldo igual ao que seus soldados recebem, e que lhes é pontualmente pago duas vezes por mês. E se algum português é artífice ou mecânico pode trabalhar livremente no seu ofício para ganhar dinheiro e pagar o seu resgate.

O depoimento fornecido por Ovington e Hamilton pode ser considerado suspeito, uma vez que ambos eram protestantes dedicados e inclinados a preferir os muçulmanos aos católicos romanos; mas a incapacidade portuguesa de lidar de forma adequada com a ameaça omani está igualmente patente na correspondência das autoridades de Goa com a Coroa e nas afirmações proferidas nos debates do Conselho do Estado de Goa, durante esse período. Deve-se acrescentar que, se as perdas provocadas pelas batalhas não foram muito elevadas, as campanhas foram extremamente dispendiosas tanto em homens como em dinheiro, em especial durante o prolongado cerco a Mombaça (de março de 1696 a dezembro de 1698). Ao relatar a queda da fortaleza em despacho redigido no final de 1699, o vice-rei acrescentava: "Posso assegurar a Vossa Majestade que esse cerco causou imenso dano a este Estado, porquanto mais de mil portugueses morreram, além de quase 10 mil nativos, todos vassalos de Vossa Majestade, e tudo devido à atmosfera infetada". Não há como verificar esses números, mas torna-se evidente, com base nos relatos desse cerco épico, que a maioria esmagadora das mortes foi causada por doença, tendo a má nutrição e as epidemias dizimado dezenas de pessoas para cada um que morria em ação. As dissensões entre os suafis da África Oriental e seus senhores omanis permitiram que os portugueses reconquistassem Mombaça em março de 1728, e rapidamente restabelessem sua suserania sobre toda a costa suafi. Contudo, o instável sultão de Pate, que os mandara chamar, mudou de novo de campo no ano seguinte. Mombaça rendeu-se a insurreitos locais em novembro de 1729, e uma expedição vinda de Mascate não demorou a restabelecer o controle omani sobre a costa ao norte do cabo Delgado, que era quase tão frágil como fora o português. As autoridades lisboetas e goenses não perderam a esperança de reconquistar Mombaça, mas a rápida ascensão do poder marata na costa ocidental indiana forneceu-lhes um inimigo ainda

mais temível e muito próximo. A seguir, os portugueses foram incapazes de tirar proveito das oportunidades criadas pela crescente fraqueza e dissensões dos omanis a partir de 1730.

Os maratas já eram uma ameaça para os portugueses desde o último quartel do século xvii, e Goa só foi salva daquilo que parecia ser sua inevitável captura por uma armada marata vitoriosa, em 1683, graças ao aparecimento súbito e inesperado, pela retaguarda, de um exército mogol, vindo dos Gates Ocidentais. A pressão marata atingiu o clímax entre 1737 e 1740, quando a cidade de Baçaim (Bassein) e a próspera "Província do Norte" foram tomadas pelos exércitos de Peshwa, depois de uma série de campanhas extremamente árduas. A obstinada defesa de Baçaim, que capitulou com as honras de guerra em 16 de maio de 1739, despertou a admiração dos cavalheirescos venedores hindus, que criaram um novo provérbio: "Guerreiros como os portugueses". A Província do Norte compreendia as colônias portuguesas que se localizavam ao longo de quase cem quilômetros da costa entre Bombaim (cedida com relutância aos ingleses em 1665) e Damão. Estendia-se de trinta a quase setenta quilômetros para o interior em alguns distritos e era a zona mais produtiva do território indiano que os portugueses conseguiram reter após as devastosas guerras com os holandeses e com os omanis. Os orgulhosos e ricos habitantes de sua capital denominavam-na "Dom Baçaim". Não só eles mas muitos dos habitantes de Goa arruinaram-se com a guerra de 1737 a 1740, pois "as propriedades da nobreza e do clero ficavam quase todas na Província do Norte", como disse o vice-rei ao emissário inglês de Bombaim em outubro de 1737. Aliás, Goa só se livrou de ser ocupada pelos maratas em 1739-40 com o pagamento de vultosa indenização de guerra, a maior parte da qual obtida por meio de empréstimos e contribuições forçadas, pagos pelos hindus locais, visto que os cristãos nativos (e muitos portugueses) estavam demasiado empobrecidos para contribuir com qualquer quantia substancial.

Além do avanço conseguido em terra, os maratas se tornaram inimigos perigosos no mar. Os corsários mais formidáveis eram os comandados por membros sucessivos da família Angria na primeira metade do século xviii. O primeiro Khonaji Angria fora comandante-chefe da Marinha marata, mas se afastou para fundar um principado independente de cerca de 390 quilômetros de comprimento por setenta de largura, entre o mar e os Gates Ocidentais, do porto de Bombaim até Wingurla. Os chefes Angria recusavam a designação de

“piratas” que lhes fora atribuída por seus inimigos europeus, no entanto seus formidáveis gurabos,* galeotas e chalupas e outras embarcações leves mas bem armadas atacavam todos os navios mercantes de qualquer nacionalidade onde surgisse a oportunidade. O prestígio dos Angria aumentou muito ao repelirem o ataque anglo-português ao seu maior baluarte, Colaba, em dezembro de 1721, e àquela altura alguns mercadores portugueses chegavam a aceitar *cartazes* ou salvo-condutos, fornecidos por eles, que garantiam que seus navios não seriam molestados — uma dolorosa humilhação para os súditos de um monarca que ainda se intitulava “senhor da conquista, navegação e comércio” do Índico.

O fiasco de Colaba em 1721 dificultou as relações posteriores entre os ingleses de Bombaim e seus vizinhos portugueses de Baçaim e Thana, que deixaram de ser cordiais desde que Bombaim fora relutantemente cedida aos ingleses como parte do dote de Catarina de Bragança, ao se casar com Carlos II. Disputas de fronteiras em torno dos limites do porto de Bombaim não raro acabavam em conflitos armados, e, em 1722, essas hostilidades esporádicas tomaram a forma de guerra local, ainda que não declaradamente aberta. Logo se conseguiu firmar um acordo de paz, mas a desconfiança mútua prevaleceu durante quase todo o século XVIII. Os ingleses acusavam os portugueses de os ter abandonado de maneira vil na expedição de 1721 e de, mais tarde, fornecer aos Angria armas e munições contra eles. Os padres portugueses foram expulsos de Bombaim em 1720 e substituídos por italianos mais tratáveis. Os portugueses, por seu lado, ficavam indignados com a embriaguez constante, as rixas e a falta de disciplina dos ingleses, e os acusavam de fornecer artilheiros hábeis e munições de guerra aos exércitos de Peshwa no decorrer da luta que acarretou a perda da Província do Norte. Na realidade, os artilheiros ingleses que se alistaram nos exércitos maratas eram desertores e havia pelo menos um deles nessas condições que servia no exército português. A consulta aos arquivos da Companhia das Índias Orientais torna claro que seus agentes em Bombaim vendiam provisões aos maratas e pólvora aos portugueses, em ambos os casos com relutância, e de acordo com uma política de neutralidade de estritamente voltada aos próprios interesses.

* Do árabe *ghurab*, embarcação leve, em geral de dois mastros, encontrada na Índia portuguesa. (N. T.)

A perda da Província do Norte e o conseqüente fim das disputas de fronteira em torno de Bombaim não puseram um ponto final no atrito entre portugueses e ingleses na Ásia. O vice-rei, marquês de Alorna, queixava-se amargamente da arrogância dos oficiais navais ingleses, em especial do comodoro Griffin e do almirante Boscawen, acusando-os de interferir na navegação mercante portuguesa na baía de Bengala e de incorporar, à força, a antiga colônia portuguesa de São Tomé de Meliapur à cidade em expansão de Madrastra. Queixou-se também de manobras semelhantes empreendidas pelas autoridades da Companhia Holandesa das Índias Orientais contra os navios portugueses que faziam escala em Malaca. Como explicou nas instruções que deu ao seu sucessor em 1750:

Agi em relação a essas duas nações com a prudência que é inevitável da parte de quem não tem nenhuma força para repelir insultos ou violências, pois não é viável chegar a ponto de provocar um rompimento franco no presente estado de coisas. Referi o assunto a Sua Majestade Fidelíssima, para que ele possa pedir qualquer satisfação que queira das cortes em questão e tomar a decisão que lhe parecer necessária.

Não vale a pena acrescentar que os protestos diplomáticos apresentados pelos portugueses em Londres e em Haia foram igualmente ineficazes, devido à poderosa influência exercida pelas respectivas Companhias das Índias Orientais nessas duas capitais.

Além dos danos causados ao Estado da Índia pelas guerras com os omânis e os maratas, a expansão do poder e da influência portuguesa no Sudeste da África, que em meados do século XVII conseguiram se estender através do continente até Angola, teve uma interrupção brusca e foi severamente limitada pela ação de um chefe guerreiro banto com o título dinástico de Changamira, em 1693-5. Os leitores que conhecem a história da África Meridional devem se lembrar de que o sonho espanhol de encontrar o Eldorado na América do Sul teve seu equivalente africano na procura portuguesa das minas de ouro e prata de Monomotapa, que durante muito tempo se pensou ser a Ofir bíblica. Seguindo na esteira dos mercadores árabes e suaílis de ouro, marfim e escravos, os portugueses penetraram, entre 1575 e 1675, no trecho superior do vale do rio Zambeze, no território atual do Zimbábue [ex-Rodésia do Sul],

pelo menos até à garganta Kariba. O número desses aventureiros era muito pequeno, embora, em Lisboa, tivessem sido maquinados esquemas ambiciosos com o propósito de enviar mineiros, camponeses e artesãos europeus, acompanhados das respectivas famílias, para o Sudeste africano em 1635 e, depois, em 1677. Esses planos de colonização acabaram se revelando muito mais modestos ao serem executados do que pareciam na concepção; e, dos relativamente poucos emigrantes que chegaram à África Oriental, ainda menos conseguiram sobreviver para continuar a viagem até o vale do Zambeze, para além das três minúsculas colônias atingidas pelas febrês: Quelimane, Sena e Tete. Alguns mais afortunados e mais rijos juntaram-se às fileiras de donos dos prazos da Zambésia, quer se casando com herdeiras do lugar, quer se esforçando em adquirir essas extensas propriedades.

Tirando partido do enfraquecido poder do monomotapa, ou chefe supremo da confederação tribal dos Makalanga (Wakaranga, va-karanga), alguns aventureiros portugueses (e, mais tarde, goenses) continuaram a ocupar, pela força ou mediante acordos, as terras de vários subchefes, cujos poderes e jurisdição assumiam. O padre jesuíta Manuel Barreto, que conhecia bem a região do Zambeze, assim descreveu a situação em 1667:

Os senhores das terras, portugueses, têm sobre elas o mesmo poder e jurisdição dos chefes cafres (*jumos*) de quem as tiraram, porque os termos do arrendamento (foro) foram feitos nessas condições. Por esse motivo, são como potentados alemães, porquanto podem ditar leis em todos os domínios, mandar matar pessoas, declarar guerra e levantar impostos. Talvez cometam, às vezes, grandes barbaridades em tudo isso; mas não seriam respeitados como deviam por seus vassallos se não dispusessem dos mesmos poderes dos chefes a quem sucederam.

O padre Barreto acrescentava que esses aventureiros não se limitavam a inspirar respeito e medo: eram também famosos pela hospitalidade pródiga e generosidade principesca. Citava como exemplo Manuel Pais de Pinho, cuja "conduta da família e de sua pessoa era a de um príncipe". Mantinha seu prestígio e reputação por ser "muito generoso ao dar e muito violento, mesmo cruel, ao castigar, duas qualidades que farão com que qualquer homem seja adorado pelos cafres".

Embora esses aventureiros recebessem originariamente suas terras do mo-

nomotapa e, mais tarde, da Coroa portuguesa, os prazos eram, na realidade, principados particulares governados por indivíduos do gênero "barão ladrão".* Os donos de prazos tinham, em suas terras, exércitos privados constituídos de negros livres que lá viviam com um núcleo de escravos mais disciplinados. Esses exércitos chegavam a totalizar 10 mil homens, fortes quando iniciavam uma campanha, porém prontos a se dispersar tão facilmente como haviam se formado, caso alguma coisa não desse certo. Os donos de prazos, além de empenhados numa luta permanente com tribos insubmissas e hostis, com frequência lutavam uns com os outros. Por esses e outros motivos, os prazos mudavam de proprietário e de extensão muito rapidamente, e seus proprietários tendiam a se africanizar completamente no espaço de duas ou três gerações. Com o objetivo de evitar essa evolução e de colocar essas terras sob o domínio efetivo da Coroa, os prazos foram transformados em morgadios, concedidos pela Coroa por três gerações sucessivas mediante o pagamento, em ouro em pó, de um foro anual. Teoricamente, eram concedidos a mulheres brancas nascidas de pais portugueses. As crianças do sexo masculino, fruto dessas uniões, eram excluídas da sucessão, sendo os prazos transmitidos apenas pela linha feminina, com a cláusula de que a herdeira tinha de se casar com um branco. Passadas três gerações, o "prazo da Coroa" deveria reverter à situação anterior. O fracasso no cultivo adequado da terra, o casamento da herdeira com um homem de cor ou a infração de não residir na propriedade também eram penalizados com a reversão do prazo para a Coroa. Além disso, houve empenho em limitar a extensão dessas terras.

Com o decorrer do tempo, todas essas condições deixaram de ser observadas. Os prazos cresceram e atingiram enormes proporções, rivalizando com as maiores fazendas do Brasil colonial. Levava-se um dia para atravessar o menor deles e havia alguns que não podiam ser percorridos, a cavalo, em menos de oito dias. A obrigação de cultivar a terra adequadamente era em geral ignorada, uma vez que não havia mercado que permitisse a exportação de excedente agrícola. Os donos de prazos contentavam-se portanto em cultivar os produtos agrícolas necessários à alimentação da família e dos escravos. Havia tão poucos homens no vale do Zambeze, e a sua expectativa de vida era tão curta, que as herdeiras dos prazos, no século XVIII, casavam-se com os mulla-

* Em inglês, *robber baron*, o barão medieval que sobrevivia de extorsões. (N. T.)

Dois exemplos notáveis dessa influência clerical na primeira metade do século xvii foram frei João de Menezes, O.P., nas ilhas Querimba, e frei Pedro da Trindade, O.P., no distrito de Zumbo. O primeiro, que morreu em 1749, foi de fato o governante das ilhas Querimba setentrionais e exemplo muito mais efetivo da autoridade portuguesa do que o desventurado sargento com seus quinze homens. Frei João ignorou todas as ordens dos seus superiores eclesiásticos e dos sucessivos vice-reis e governadores para abandonar seu feudo e voltar a Goa, e manteve a bandeira portuguesa desfraldada. Praticou ativo contrabando com franceses e ingleses e morreu rodeado por numerosa prole de filhos e netos. Seu colega de Zumbo, que morreu em 1751, aparentemente levou uma vida celibatária, mas comerceou em grande escala com os chefes das tribos do interior a fim de obter ouro, marfim e escravos. Durante muito tempo sua memória foi venerada pelos bantos locais, a quem ensinou várias artes e ofícios, incluindo o uso de alguns utensílios agrícolas europeus. Esses dois frades tinham seus exércitos privados, constituídos de negros escravos e livres, do mesmo modo que os donos de prazos.

Na outra extremidade do império oriental português, eram também os frades missionários dominicanos os principais responsáveis pelo fato de a maior parte do Timor, parte de Solor e a ponta oriental de Flores (Larantuca), nas ilhas Sunda Menores, ainda reconhecerem a suserania da Coroa portuguesa. Na realidade, esses frades obedeciam aos governadores portugueses na medida em que isso lhes conviesse e, ao menos em duas ocasiões, expulsaram os representantes do rei muito sumariamente. Lifão, na costa setentrional do Timor, era o insignificante centro da autoridade portuguesa. Quando William Dampier a visitou, em 1699, constituía-se de "cerca de quarenta ou cinquenta casas e uma igreja. As casas eram pobres e baixas, as paredes geralmente feitas de lama e caniços, e cobertas com folhas de palmeira". Dampier assim descreveu os habitantes:

[são] uma espécie de indianos, de cor acobreada, e de cabelo liso e preto. Falam português, e são católicos romanos, mas tomam a liberdade de comer carne quando lhes apetece. Orgulham-se da sua religião e de serem descendentes dos portugueses; e ficariam muito zangados se alguém lhes dissesse que não são portugueses. No entanto, vi apenas três brancos aqui, dos quais dois eram padres [...] e há muito poucos portugueses autênticos em qualquer parte da ilha.

Essas condições mantiveram-se inalteradas durante o meio século seguinte, e até mais, tendo o vice-rei marquês de Alorna afirmado no relatório de 1750, já citado: "Há apenas sete ou oito portugueses nessa ilha, e vários missionários, cujos frutos não são tanto o que colhem na vinha do Senhor, quanto a liberdade e a licenciosidade com que vivem". Macaú também teve de suportar alguns anos difíceis entre 1660 e 1750; muitas vezes foi levada à beira da ruína por sanções econômicas chinesas (como seriam hoje denominadas), impostas pelas autoridades provinciais de Cantão. Mas a "Cidade do Santo Nome de Deus na China" tinha amigos úteis na corte, nas pessoas dos padres jesuítas de Pequim, que com freqüência intercediam com êxito em favor dela junto aos ocupantes do Trono do Dragão.

Mais uma razão que ajuda a explicar a estagnação e a decadência das possessões portuguesas na Ásia e na África Oriental, durante a maior parte desse período, foi a falta de justiça, tema de queixas contínuas tanto na correspondência oficial como na não oficial por vários séculos, em locais tão distantes como Moçambique, Goa e Macau. Gaspar Correia, durante algum tempo secretário de Afonso de Albuquerque, e que passou a vida inteira no Oriente, escreveu uma denúncia eloqüente sobre a falta de justiça no seu tempo, que foi repetida, em termos muito semelhantes, por Diogo do Couto e muitos outros homens íntegros e imparciais nos séculos xvii e xviii.

O maior de todos os males é a justiça não ser feita ao povo; porque os capitães das fortalezas da Índia são indivíduos acima do povo, poderosos devido à autoridade que lhes é concedida pelo rei, e assumem, eles próprios, poderes ainda maiores. Cometem ações muito vis, como o rei sabe muito bem, tais como roubos, injúrias, assassinios, violações, adultérios com mulheres casadas, viúvas, virgens, órfãs, e concubinagens públicas praticando tais vilezas sem medo de Deus nem do rei, sobre cristãos, muçulmanos, hindus, nativos e estrangeiros. E, tal como eles, também se comportam assim os juizes da Coroa, os magistrados, os beiguins e os funcionários do Tesouro. Nada disto aconteceria se o rei ordenasse que um governador da Índia fosse publicamente executado num cais de Goa, com a proclamação de que tinha ordenado que ele fosse decapitado por que não cumprira o seu dever.

Admitindo algum exagero na acusação de Correia, e aceitando a existên-

cia de funcionários honestos e conscienciosos, ainda que em número reduzido e espalhados, continua a ser um fato que a falta de justiça sempre ocupou lugar proeminente na correspondência oficial entre as autoridades de Lisboa e Goa, e que não foi menor no Conselho Municipal goense.

Esse abuso inveterado e profundamente enraizado também foi denunciado no primeiro concílio eclesiástico provincial celebrado em Goa em 1567 e nos que se realizaram posteriormente. Mesmo quando juizes e outros funcionários eram honestos, o complicado sistema legal existente em Portugal e em seu império dava margem infinita para proteções nos apelos, contra-apelos, substituição de testemunhas etc., de que os advogados (incluindo os brâmanes indianos cristianizados, autorizados a exercer a atividade nos tribunais) tiravam todo o partido possível. O cronista jesuíta padre Francisco de Sousa observava, ao escrever em Goa, em 1698:

Os portugueses podem perder as esperanças de obter opinião favorável dos nativos orientais no que diz respeito à nossa administração da justiça, até que decidamos os processos nos tribunais com maior rapidez e eficiência, como fazem muitas nações do Norte, que, portanto, têm relações muito melhores com a população rural.

Como a administração da justiça inglesa, holandesa e francesa, naquela época, deixava a desejar em muitos aspectos, quer nas metrópoles, quer nas colônias ultramarinas, é significativo que o padre Francisco de Sousa tivesse podido citar esses outros tribunais e juizes europeus como exemplo para os portugueses.

Em vista das dificuldades esmagadoras — agravadas em inúmeros casos por erros cometidos por eles próprios — com que os portugueses defrontaram na maior parte dos séculos xvii e xviii, e levando em conta seus recursos demográficos e econômicos relativamente exíguos, pode-se perguntar como é que conseguiram sobreviver na Ásia e na África Oriental. Nesse período, eram corriqueiras profecias que abordavam o desenlace iminente do maltratado Estado da Índia. Definiam-no muitas vezes como estando “em seu leito de morte com uma vela na mão”; mas, no final das contas, a vela meio derretida somente se apagou quando da invasão não provocada de Goa, Damão e Diu, levada a cabo pelos indianos em 1961. Durante séculos, os portugueses

têm demonstrado notável capacidade de sobreviver ao desgoverno vindo de cima e à indisciplina vinda de baixo, e, nesse período particular, foram ajudados por alguns outros fatores.

Em primeiro lugar, em geral seus inimigos tinham dissensões entre si, algumas vezes ainda mais graves do que as suas. Os imames Ya'arubi, que governaram Omã de 1624 a 1738, estavam dilacerados por rixas e facções internas num grau quase nunca visto mesmo no desacomodado mundo árabe; além disso, a maior parte do tempo também se preocupavam em lutar com os persas e com os portugueses. Do mesmo modo, os maratas raramente apresentavam uma frente unida que durasse algum tempo, e havia outros inimigos com os quais lutar na retaguarda. Provavelmente eles ficaram indecisos em dar o *coup de grâce** em Goa, quando esta esteve à sua mercê, em 1739, uma vez que começavam a ficar apreensivos com o crescente poder inglês na Índia, e consideravam os portugueses, até certo ponto, uma força que poderia contrabalançar essa situação. A morte do vitorioso Changamira em 1695 talvez tenha impedido os portugueses de serem expulsos da Zambésia e nenhum de seus sucessores se mostrou capaz de unir do mesmo modo os bantos hostis. A epidêmica guerra intertribal que tinha lugar na ilha de Timor desde tempos imemoriais, até o século xix adentro, significava que, cada vez que alguns clãs rebeldes se revoltavam contra o domínio (em grande parte teórico) da Coroa portuguesa, sempre era possível contar com seus invejosos rivais para apoiar o partido real. Mesmo entre os muçulmanos da África Oriental, os príncipes de Faza (Ampaza) e as rainhas de Zanzibar mantiveram-se leais aos portugueses para o que desse e viesse durante a luta por Mombaça na década de 1690. Além disso, a singular inépcia dos comandantes portugueses em várias campanhas foi compensada, em certo grau, pela bravura e abnegação de alguns de seus comandados.

Uma das principais razões por que os portugueses, quase sem recursos, conseguiram conservar tão grande parcela de seu império oriental, quando tiveram de competir não só com formidáveis inimigos asiáticos mas também com a vigorosa concorrência comercial das Companhias das Índias Orientais, a inglesa e a holandesa, muito mais ricas, foi sua inerente tenacidade e capacidade de recuperação. “Quem teima consegue” resume muito das vicissitu-

* Em francês no original: golpe de misericórdia. (N. T.)

des, do contrário insuperáveis, que encontraram nesse período. Por mais desastrosas que tenham sido muitas de suas derrotas em terra e no mar, e por mais humilhantes que tenham sido as indignidades a que foram às vezes submetidos em lugares como Macau e Madrastra, os portugueses no Oriente mantiveram-se sempre orgulhosamente conscientes do que consideravam o seu glorioso passado quinhentista. Estavam convencidos de que, como descendentes dos conquistadores de Afonso de Albuquerque, e vassallos do seu "poderoso" rei, eram, *ipso facto*, muito superiores aos mercadores das companhias comerciais européias, por mais ricos que pudessem ser. Estavam igualmente convencidos de sua superioridade sobre os povos asiáticos que haviam dominado, no Índico, durante tanto tempo — convicção expressa pelo padre Francisco de Sousa, S.J., quando se referiu em seu *Oriente conquistado*, de 1710, ao "caráter português, que naturalmente despreza todas as raças asiáticas". Deus, achavam os portugueses, estava do lado deles no fim das contas, ainda que, como reconheciam com franqueza, os estivesse, nesse meio-tempo, castigando pelos pecados cometidos com a perda de Malaca, Ceilão, Malabar e Bombaça.

O título de "muito alto e muito poderoso" que aplicavam aos seus reis em toda correspondência oficial não era, para os portugueses, mera figura de retórica, ainda que, para os outros europeus, soasse como singularmente impróprio quando aplicado aos três monarcas da Casa de Bragança, que não eram de modo algum comparáveis aos seus contemporâneos Bourbon, Habsburgo e Stuart. Como observou um missionário francês que trabalhava no Sião e na Indochina (1671-83): "Falar a um português do poder e da autoridade de seu rei é fazer seu coração se ufanar de tal maneira que, para sustentá-la, não há excesso a que não se abandone". Esse era um orgulho partilhado por todas as camadas e classes em Portugal, com exceção quase única do rei dom João IV, que uma vez confiou a um enviado francês, em Lisboa, que com prazer abandonaria o pesado fardo de tentar manter a Índia portuguesa, se pudesse pensar num modo honroso de largá-la. Mas ele foi o primeiro e o último monarca português a fazer tal confissão, e seus sucessores não hesitaram em realizar sacrifícios consideráveis para manter o decrépito "Estado da Índia". Em 1737, o governador e conselheiro inglês em Bombaim observou com bastante correção: "A Coroa de Portugal tem mantido durante tanto tempo a posse de seus territórios na Índia à custa de certa despesa anual não desprezível, puramen-

te, ao que parece, por uma questão de honra e religião". Mais ainda: essa atitude era aprovada até pelos "iluminados" homens de Estado que criticavam as loucuras e extravagâncias de dom João V, o Magnânimo, mas concordavam com ele que (nas palavras de dom Luis da Cunha, o mais experimentado diplomata português desse tempo) "as conquistas são o que nos honra e sustentam". Se Portugal ainda representava algo nos conselhos dos grandes poderes da Europa, isso se dava, antes de tudo, pela importância de seu império ultramarino; e se, em 1700, o Brasil era de longe a jóia mais lucrativa da Coroa portuguesa, a Índia era ainda a mais prestigiosa.

Por fim, deve-se salientar que a "decadência" de Portugal, tão lamentada naquele tempo e tão enfatizada pelos historiadores daí em diante, não foi evidente em todos os momentos e lugares, e houve intervalos de relativa calma e prosperidade. Tanto a época dourada dos conquistadores seiscentistas como a penúria de muitos de seus descendentes tendem, numa visão retrospectiva, a ser exageradas. Quando o padre Manuel Godinho, S.J., gabava-se, em 1663, de que o Estado da Índia tinha em determinada época exercido a soberania sobre um território que compreendia 8 mil léguas, 29 capitais e 33 estados tributários, estava muito mais se entregando a um vóo de imaginação retórico do que afirmando uma verdade histórica. O número de 33 reinos só poderia ser atingido caso se incluíssem rajás insignificantes do litoral indiano e chefes dos *kampongs* indonésios cuja jurisdição real se reduzia a algumas milhas quadradas. Do mesmo modo, se Alexander Hamilton escarnecia da pobreza miserável dos portugueses "em toda parte das colônias deles por toda a Índia" no fim do século xvii, vemos o *globe-trotter* italiano Gemelli Careri afirmar depois de sua visita a Damão e Goa, em 1695: "Os portugueses vivem muito bem na Índia, tanto no que diz respeito à mesa, ao vestuário, como ao número de kafires ou escravos que os servem". Há muitas outras provas fornecidas por testemunhas oculares de confiança que apontam nesse sentido. Além dos numerosos negros da África Oriental que os portugueses empregavam, estes dispunham ainda de trabalhadores livres indianos, indonésios e chineses, em grande quantidade e a preços extremamente baixos. Se sempre houve (como escreveu o padre Francisco de Sousa, S.J., em 1710) um proletariado numeroso e empobrecido em todos os redutos da Ásia portuguesa, tampouco faltaram mercadores ricos e capitães prósperos. "Porque os pobres tendes sempre convosco", diz o Evangelho, mas é por esse mesmo motivo que também existem os ricos.

7. Renascimento e expansão no Ocidente (1663-1750)

As magníficas igrejas e as sólidas fortalezas de Moçambique e Macau, cujas ruínas ainda impressionam o viajante do século xx, foram quase todas reconstruídas (ou, de qualquer modo, em grande parte reconstruídas) entre 1600 e 1750, e não nos dias tranquilos do século xvi, como muitas vezes se pensa. O ouro e o marfim da África Oriental continuaram a chegar a Goa durante a primeira metade do século xviii, embora o mesmo não ocorresse com o ouro e a pimenta da Sumatra. Goa foi um importante centro do comércio de diamantes entre 1650 e 1730, talvez até mais do que Madraça; os navios mercantes da Carreira da Índia que navegavam do Mandovi para o Tejo viajavam quase sempre fartamente carregados, apesar de partir somente um ou dois por ano, em vez de cinco ou seis. Por volta de 1725, embora o centro económico do império marítimo português já houvesse muito tempo antes se deslocado da "Goa Dourada" para a cidade do Salvador, na baía de Todos os Santos, no Brasil, a pequena nobreza, ou fidalguia da Índia, insistia em se vangloriar de ser a única verdadeira nobreza com classe e garbo, "e de que, comparativamente, a de Portugal era mera sombra".

O renascimento económico de Portugal e de seu império ultramarino, que todos esperavam se seguisse ao acordo de paz definitivo com a Espanha e com as Províncias Unidas em 1668-9, em grande parte não se materializou nas duas décadas seguintes. A economia portuguesa dependia sobretudo da reexportação do açúcar e do tabaco brasileiros e da exportação dos produtos portugueses — sal, vinho e frutas — para pagar as importações essenciais de cereais, tecidos e outros produtos manufacturados. O valor dessas exportações nunca foi suficiente para pagar o das importações, e a situação do balanço de pagamentos tornou-se cada vez mais crítica com o aparecimento da produção açucareira das Índias Ocidentais inglesas e francesas, que passou a competir com a do Brasil, mais antiga. "Quem diz Brasil diz açúcar e mais açúcar", escreveu o conselho municipal da Bahia à Coroa, em 1662; poucos anos mais tarde, um marinheiro inglês observava sobre o Brasil: "O país abunda em açúcares, que é, quase todo, o melhor já feito". Acrescentou que o Rio de Janeiro, a Bahia e o Recife "todos os anos carregavam muitos navios com açúcar, tabaco e pau-brasil para os mercadores de Portugal, sendo isso muito enriquecedor para a Coroa de Portugal, sem o que não passaria de um reino pobre". Em 1671, porém, o experiente cônsul-geral inglês em Lisboa, Thomas Maynard, "homem muito atarefado em prol de sua nação", relatou a seu governo: "Todo